

Epílogo: sobre os processos e modelos de organização da informação abordados neste livro

Cristina Dotta Ortega

Como citar: ORTEGA, Cristina Dotta. Epílogo: sobre os processos e modelos de organização da informação abordados neste livro. *In:* ORTEGA, Cristina Dotta (org.). **Ordenação de documentos e produção de bases de dados:** conceitos, terminologia e historicidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 121-132. DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p121-132>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

EPÍLOGO

SOBRE OS PROCESSOS E MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ABORDADOS NESTE LIVRO

Cristina Dotta ORTEGA

Neste texto final, elaboramos algumas questões sobre as pesquisas apresentadas, com a pretensão de fornecer subsídios para a consolidação deste livro. Esperamos, com isso, contribuir para sua melhor apreensão, embora cientes de que esse processo de apropriação pelo leitor não depende deste texto, mas pode ser fomentado por ele, tanto pelas convergências quanto pelas divergências estabelecidas em sua análise e crítica.

Para uma discussão sobre seu objeto – o processo da descrição –, Vinicius Tolentino apresentou uma proposta de níveis de manifestação do processo de descrição na Organização da Informação em seu Quadro 2, quais sejam: o teórico, o metodológico, o pragmático e o normativo, baseado em Ortega (2023). O esquema de segmentação da Organização da Informação em partes articuladas em ordem lógica foi discutido em vários textos dos autores dos capítulos e por mim mesma em trajetória de constituição descrita em Ortega (2023) e com última publicação em Ortega (2024, p. 175) da seguinte forma:

- plano abstrato: conceitual, metodológico, pragmático, normativo e tecnológico; e
- plano concreto: aplicado.

Todos os capítulos do livro problematizam o viés normativo como modo definidor dos processos e instrumentos da Organização da Informação, demonstrando a necessidade de superação do pensamento instaurado. Se os níveis normativo e tecnológico são os mais contingenciais dentre os presentes no esquema, a primazia da normatividade, em geral associada à tecnologia, mascara a abstração necessária à compreensão e operação avançada dos processos e instrumentos, fornecida pela elaboração conceitual, metodológica e pragmática. De fato, estes níveis precedem e sustentam os níveis normativo e tecnológico. Como dissemos, trata-se de um conjunto de abstrações (como indicado no nível abstrato do esquema), haja vista que estes níveis são presentes nas aplicações (que denominamos de nível concreto).

Essa distinção em níveis nos remete a outra que perpassa a todos eles: falar em Organização da Informação é, primordialmente, discorrer sobre seus processos. Desta maneira, os instrumentos são dependentes dos processos, já que cada tipo de instrumento se refere a um processo e tem sua origem nele, ainda que isso não fosse claro quando foram propostos. Trata-se de considerar, portanto, a precedência dos processos sobre os instrumentos. Mas, temos aí uma questão importante que muitas vezes se perde também na concretude de nosso pensamento: é preciso distinguir os tipos de instrumentos e os instrumentos concretos e, então, voltamos à validade da proposição do nível abstrato e do nível concreto como categorias de análise. Portanto, para cada processo, como o de descrição, indexação ou ordenação, temos tipos de instrumentos que lhes correspondem, ou seja, que respondem às suas especificidades, sendo utilizados para tal; neste caso, podemos mencionar, respectivamente, códigos de catalogação, tesauros e sistemas de classificação, entre outros.

Por esta razão, os autores trataram de processos, considerando que, instrumentos concretos, segundo certas tipologias relativas àqueles proces-

sos, foram produzidos e desenvolvidos no decorrer do tempo, portanto, sempre contingenciados pelos olhares e motivações de seus produtores.

Mais genéricos que os instrumentos, no entanto, são os modelos, que funcionam como propostas de operacionalização dos processos, e podem ser replicados, mas necessariamente apresentam abertura para implementação variada, a depender dos aspectos contextuais relativos aos documentos e públicos. Quanto a isso, Kobashi (1994, p. 99) afirma que, muitas vezes, as propostas de constituição de modelos realizam antes a sistematização do bom senso, por meio da explicitação das regras utilizadas inconscientemente pelo profissional, que a elaboração de regras explícitas, segundo a especificidade do processo. Calenge (1998, p. 17) corrobora a autora, esclarecendo que o modelo fornece um quadro de análise formalizada. Em acordo com esse raciocínio, Camila Silva desenvolveu a ideia de modelo em sua tese de doutorado sobre o processo de ordenação. Ela afirma (Silva, 2022) que o modelo está assentado em uma abstração que articula elementos constitutivos, funcionando como orientação à operacionalização, o que implica distinguir o modelo e a aplicação do modelo: o modelo fornece um plano genérico de referência, dado pelo nível de formalidade que lhe caracteriza, enquanto a aplicação do modelo consiste em sua operacionalização institucionalizada, pois, por sua particularidade, não alcança a generalização de um modelo.

Seguindo essa orientação é que os modelos foram discutidos pelos autores do livro, como é o caso do registro bibliográfico produzido na forma de uma entrada principal e de códigos para ordenação de documentos elaborados segundo o número de chamada.

A despeito da importância atribuída – e, muitas vezes, da obrigatoriedade (im)posta – aos trabalhos de pesquisa com propostas de solução a problemas de informação, entendemos que essas pesquisas aplicadas, assim como as próprias aplicações, necessitam da pesquisa sobre fundamentos para que se desenvolvam sob bases suficientemente sólidas.

A seguir, buscando analisar as abordagens apresentadas pelos autores, ressaltamos e questionamos suas ideias e posições, assim como analisa-

mos as questões observadas a partir das relações entre os capítulos, ou seja, do livro como um todo.

O primeiro ponto é questão que merece ser explicitada, haja vista que muitas vezes passamos despercebidos por ele. Trata-se do uso do termo *Catálogo*.

Como sabemos, há variação terminológica em qualquer área de conhecimento, mas é importante que se tenha domínio sobre ela, fazendo uso dos termos de maneira consciente e discriminada, a favor do aprimoramento dos conceitos. Ou seja, se nos colocamos à mercê do léxico adotado, navegaremos sem rumo. De outra maneira, devemos trabalhar na elaboração de conceitos, conscientes da variação terminológica existente. No caso do termo *Catálogo*, pontuamos aqui variação conceitual, ou seja, o termo é adotado para mais de um conceito. Nos capítulos deste livro, essa situação fica evidente. Vinicius assume a definição de *Catálogo* como aquela que é realizada essencialmente pelo processo de descrição e elaboração de pontos de acesso descritivos, que foi desenvolvida a partir da elaboração de catálogos em bibliotecas. Por sua vez, para Marcelo, trata-se de substantivo comum designador dos processos de produção de registros bibliográficos, portanto, não apenas relativos aos seus aspectos descritivos. Como ele informa em sua tese (Santos, 2019, p. 96), a expressão *catalogação descritiva* foi cunhada em relatório de 1940, produzido por Comissão, composta por especialistas, organizada pela LC para estudar *Catálogo*: neste relatório, uma das recomendações foi a de separar cabeçalhos de assunto e *catalogação descritiva*. Em outras abordagens, sob termos próprios, a divisão também se estabeleceu. A distinção adotada na literatura entre os processos descritivos e os processos temáticos é necessária para o desenvolvimento teórico e metodológico de cada grupo de processos, mas o cisma gerado tornou-se improdutivo, já que o registro do documento nunca o será de fato se não for levada em conta a articulação entre todos os elementos representativos do documento que, só dessa maneira, poderão ‘falar’ sobre ele. Por isso, permanece o uso de *Catálogo* em sentido amplo e no sentido dos aspectos descritivos, como os autores trataram em seus capítulos. O ponto seguinte relaciona-se a este cenário.

O segundo ponto apresentado segue como questionamento. Refere-se ao conceito de representação em Organização da Informação.

É produtivo tratar de Organização da Informação como um conjunto de processos sobre os documentos, realizados pelas etapas de leitura, análise, síntese e representação, haja vista tratar-se de abordagem fundamentada e recorrente em literatura consolidada, em geral sob a denominação *Análise Documentária*. Embora os estudos da *Análise Documentária* fossem centrados no processo de indexação, por ser este o processo central para a compreensão do conteúdo do documento, podemos dizer que as quatro etapas apresentadas – leitura, análise, síntese e representação – respondem por todos os processos documentários de Organização da Informação. Na pesquisa sobre *Análise Documentária*, cada etapa foi elaborada teoricamente em sua especificidade e pertinência e quanto ao sequenciamento e à articulação entre si. Os autores da *Análise Documentária* preconizam, como sugere o nome, a etapa da análise como fundamental para a elaboração rigorosa e adequada de conteúdos do documento que, então, são representados a partir de um instrumento documentário concebido para o sistema em questão. Essa representação, como produto, estaria mais próxima da linguagem do documento e da linguagem do público, pois a análise da qual depende sustenta-se em parâmetros linguísticos e contextuais. Na literatura, essas etapas são sistematizadas, por exemplo, no paradigma do processo documentário (P/PD), proposto por García Gutierrez, em 1992. Buscando por modelos formais que possam reger a atividade documentária, assim como sua implementação computacional, este autor (García Gutierrez, 1992, p. 28) propõe o seguinte esquema:

análise ↔ síntese ↔ representação ↔ recuperação

Portanto, diferentemente do esquema mais disseminado, García Gutierrez (1992, p 28-31): considera que a etapa de análise inclui a de leitura, pois se realiza a partir desta; aborda a etapa de síntese como uma operação de transformação e não apenas de redução a partir de escolhas; afirma que a etapa da representação contempla tanto as mensagens dos textos quanto

as demandas expressadas pelos usuários; e inclui a recuperação, objetivo da análise, como a confluência entre a estruturação do texto por parte do autor (de nossa parte: a representação do texto por parte do bibliotecário) e a busca de um texto por meio de interrogantes pelo usuário, considerando-se os significados envolvidos. Neste esquema, o autor ressalta a interação entre as etapas em ambos os sentidos, colocando em questão a recorrente abordagem linear da cadeia documentária. Como problematização à situação identificada naquele momento, García Gutierrez (1992, p. 21-33) aponta a constante confusão realizada entre métodos e normas, já que estas são usadas em um nível superficial no tratamento dos documentos, e não como parte do método, como codificação de um processo para resolver um problema que se repete com frequência, fornecendo regularidade a esse processo. Ele critica a compreensão e realização da etapa da representação como uma operação de codificação, baseada na coincidência de significantes. Como decorrência, o autor questiona o ensino e a prática predominantemente realizados sem atenção a métodos rigorosos de análise, priorizando-se a representação sob o entendimento de uma substituição de unidades lexicais do texto por unidades de uma linguagem documentária (classificadoras ou de indexação), unidades essas tomadas como meras etiquetas.

A representação ganhou proeminência pois, como última etapa do processo de organização da informação, é a que concretiza a informação organizada, ou seja, o produto, e porque, como abordagem empírica, já que reduzida a um processo de codificação destituído de significado, é aparentemente mais fácil de realizar. Tanto a representação como produto concreto quanto a codificação em abordagem empírica refletem o nível de abstração que ainda nos falta elaborar. É neste cenário que, na literatura brasileira recente, a representação é muitas vezes apresentada como a própria organização da informação ou como um processo separado desta. Como decorrência, é comum entender-se que a representação se refere tão somente à representação descritiva e à representação temática como processos adotadas em bases de dados.

Dessa maneira, questionamos os processos de Organização da Informação apresentados por Vinicius em seu capítulo como ‘representação’ e ‘ordenação’ (Figura 1), sendo o primeiro relativo à produção de

bases de dados em geral (como é o caso dos catálogos de bibliotecas) e o segundo relativo à produção de arranjos. Tendo em conta o que discutimos, podemos inferir que, na Figura 1 deste capítulo, a ordenação não seria um processo de representação. No entanto, os arranjos – como disposição de documentos ou de metadados de documentos – implicam conjunções e disjunções entre eles, que são elaboradas justamente como representação. Cabe afirmar que a ordenação é realizada por meio das etapas de leitura, análise, síntese e representação, como todo processo de Organização da Informação. Sendo assim, fazendo o exercício de estabelecer traços distintivos, propomos soluções denominativas dadas pelos nomes dos processos em relação aos produtos: produção de bases de dados e produção de arranjos. A partir daí, pode-se explorar os processos específicos que constituem a produção de cada um destes sistemas de informação e as funções que neles exercem. De fato, a questão apresentada refere-se a conteúdo da tese, defendida em 2021, sendo necessário revisão e desenvolvimento em pesquisas futuras, tendo em vista contribuir para a pesquisa brasileira; nela carece explicitar a função dos termos, pois eles devem ser adotados antes por vínculos com as ideias desenvolvidas que por adesão a um grupo de pesquisadores que os incorporou. Por sua vez, quanto ao capítulo do Vinicius, cabe mencionar, paradoxalmente, a questão central relativa à ênfase atribuída à normatividade como principal fator para o apagamento da descrição em seu processo de significação, a qual permitiria a comunicação com público. A continuidade da pesquisa do Vinicius poderia incluir também a exploração dessa situação, haja vista que, se no processo da indexação a análise foi estudada em profundidade na perspectiva de que o método deveria ser rigoroso e não empírico, na descrição, certas normas hegemônicas são usadas como método e não há discussão facilmente identificada a respeito.

O terceiro ponto a comentar sobre os capítulos remete ao conceito e função que Marcelo se propõe a resgatar – a entrada principal – e como ela se desenvolveu na literatura sobre o número de chamada, tratada por Camila.

Marcelo reconhece que o termo entrada principal é expressão associada a catálogos compostos por fichas catalográficas e que mais de um entendimento é atribuído ao termo. Segundo ele, há duas acepções mais

comumente adotadas para entrada principal. A primeira acepção de entrada principal é a de ficha completa do documento, composta com a descrição e pontos de acesso, o que inclui a indicação de pontos de acesso para a produção das demais fichas do documento, assim chamadas de fichas secundárias. Dessa maneira, essa ficha completa é chamada de entrada principal e as demais de entradas secundárias. A entrada, então, é a ficha catalográfica. Na segunda acepção, o termo entrada é adotado para referir-se ao cabeçalho da ficha, do que decorre que se fale em entrada principal como o cabeçalho da ficha completa do documento. Portanto, é comum que o termo entrada principal seja entendido como a ficha catalográfica completa do documento ou como o cabeçalho desta ficha catalográfica completa. No entanto, Marcelo desenvolve sua pesquisa, a partir de Lubetzky, para tratar da entrada principal como o registro da obra e sua manifestação, tendo em conta o conceito deste autor de catálogo completo, cuja função é a de instrumento de referência, exercida por discriminar e, ao mesmo tempo, relacionar obras e manifestações. Esta seria, então, uma terceira acepção de entrada principal, contudo, menos usual, ainda que fundamental à Catalogação.

Camila, por sua vez, faz referência à entrada principal porque o modelo número de chamada é baseado nela: como afirma, trazendo Noêmia Lentino ([195?], p. 2), “se a entrada principal do livro for mal escolhida, o número de chamada será também falho”. Considerando as acepções de entrada principal existentes apresentadas por Marcelo, a pergunta que devemos fazer é: qual conceito Camila adota ao tratar da entrada principal? A questão fica clara na menção a Lentino ([195?], p. 2) quando ela afirma que o número do livro é tirado da entrada principal da ficha do catálogo que seria o nome do autor, do editor ou do título. Portanto, ao menos no caso desta brasileira, a entrada principal é o cabeçalho da ficha completa do documento, ou seja, refere-se à segunda acepção apresentada por Marcelo. A partir da leitura dos demais textos citados por Camila em seu capítulo, ela afirma que o uso do termo entrada principal por seus autores está associado ao conceito de cabeçalho, pois, na construção do número do livro adota-se em geral a combinação autor principal-título, ou apenas o título para os casos em que não se pode determinar o autor principal.

Dessa maneira, o modelo número de chamada, a despeito de sua capacidade organizativa e comunicativa, pautou-se por acepção restrita da função da entrada principal. Considerando o interesse em agrupar nas estantes os documentos que são manifestações de uma mesma obra, seria o caso de explorar em pesquisas futuras as implicações do uso de cabeçalhos (ou, atualmente, de pontos de acesso) nem sempre pertinentes às especificidades da produção documental no que tange às relações de derivação entre obra e suas manifestações.

Como quarto ponto, continuamos a tratar do número de chamada, agora destacando alguns de seus aspectos relevantes, uma vez que eles foram diminuídos ou mesmo distorcidos, particularmente no Brasil. O problema pode ser identificado a partir da terminologia adotada. Assim, como menciona Camila em seu capítulo, identifica-se na literatura em inglês a impropriedade do termo número de chamada e seus componentes: número de coleção, número de classe e número do livro, haja vista que seus elementos constituintes não se resumem a números. Provavelmente em função dos termos *press-mark* e *shelf mark*, que eram adotados para nomear o código de documentos em sistemas de localização fixa de acervos não abertos ao público, Henry Bliss adotou o termo *mark*. Ele propôs marca de classe (*class mark*) e marca de ordem (*order mark*), questionando a impropriedade de terminologia mais disseminada em que se adotava ‘número’ e atribuindo à última parte do código a ideia de ordem de nomes de autor. Para o código como um todo, alternativamente a número de chamada (*call number*), Bliss propôs, seguindo o mesmo raciocínio, o termo notação de livro simplificada (*simplified book-notation*). Um século depois, Aida Slavic adotou a proposta de Bliss, acrescentando o termo marca da coleção (*collection mark*).

No Brasil, é recorrente o uso de ‘notação’ e ‘número’, o que se complica no caso da adoção disseminada de ‘notação de autor’ quase como se ele fosse o próprio ‘número do livro’; no entanto, aquele é uma parte deste. Mais que isso, o termo número do livro é praticamente desconhecido no Brasil, embora o modelo número de chamada do qual faz parte seja grandemente adotado. Como o número de coleção também nem sempre é explicitado, constatamos que a função do código fica comprometida, pois sua conceituação não corresponde à operacionalização, a despeito da elabo-

ração coerente e consistente realizada por seus proponentes. Mas, também no Brasil, precisamos fazer jus a nossa história esquecida: as autoras Regina Carneiro, Maria Emília Araújo e Noêmia Lentino trataram do número do livro em publicações da década de 1950, na cidade de São Paulo. Noêmia Lentino publicou em 1970 material mais extenso, mas, desde o anterior, traduziu o termo número do livro para língua portuguesa. Quanto à notação de autor, nestas publicações, encontra-se a explicação de que se trata de notação relativa à entrada da ficha principal (ou seja, ao seu cabeçalho, como tratamos), portanto, nem sempre remetendo ao autor. Seja como for, se a notação de autor não é o número do livro, pois este exige outros elementos distintivos propostos em ordem lógica na estrutura geral do modelo, cabe menos ainda restringi-la à ‘notação Cutter’, ou simplesmente ‘Cutter’, pois faltaria reconhecer a existência das muitas tabelas que foram produzidas em várias línguas, como a Tabela PHA, de iniciativa brasileira, demonstrando a diversidade cultural dos contextos documentários.

Como quinto e último ponto, voltamos ao conceito de entrada principal, e a função a que ela remete, para tratar do papel exercido pela ISBD nos capítulos do livro.

Vinicius observa a importância da formalização realizada na ISBD pois, nela, o acúmulo da área na produção de registros de bases de dados foi sistematizado, segundo elementos agrupados em áreas em uma certa ordem e com pontuação correspondente. Marcelo, por sua vez, apresenta um outro olhar, posterior, pois decorrente dos usos que foram feitos da ISBD. Ele demonstra, com base em Lubetzky, que a ISBD foi usada como argumento para o abandono da entrada principal para produção de registros bibliográficos completos em termos da representação das obras e suas manifestações e das relações entre elas, propondo-se, de outra maneira, registros únicos e simplificados sob cabeçalhos de título. Para Lubetzky, como apresenta Marcelo, tratava-se de um afastamento aventureiro dos ideais de catalogação defendidos pelos fundadores da profissão. A despeito disso, Marcelo avalia que a ISBD se mostrou frutífera, pois apresenta uma descrição formalizada, sob a qual deve ser acrescido o cabeçalho, representativo da obra, segundo a proposta de Lubetzky. Quanto à entrada principal discutida por Lubetzky, se ela era entendida como recurso superado

de uma catalogação em fichas, privilegiando-se o *modus operandi* típico da área de buscar por regras simplificadas para aplicação universal, não havia motivo algum para empregá-la, mas muitas razões para não observá-la.

Os três capítulos do livro congregam conceitos sobre processos e modelos como constructos sócio-históricos, os quais, por meio de argumentos e críticas, sustentaram sistematização e discussão concernente a aspectos centrais da Organização da Informação. A abordagem conceitual-terminológica nos fornece condições para compreender os objetos com maior profundidade, atribuindo-lhes o sentido que nos instrumentaliza para a pesquisa, a docência e a prática profissional.

As pesquisas apresentadas evidenciam que falta conhecer a produção intelectual de nosso campo, para então reconhecer que ela foi longe...

Espero que tenham aproveitado a leitura. Ficamos, todos nós, na expectativa de críticas e trocas.

REFERÊNCIAS

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: Essai théorique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n. 2, p. 8-20, 1998.

GARCÍA GUTIERREZ, António. **Análisis documental del discurso periodístico**. Madrid: CTD-Centro de Tratamiento de la Documentación, 1992.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

LENTINO, Noêmia. **Número de chamada**: função do número do livro. São Paulo: [s. n.], [195?].

ORTEGA, Cristina Dotta. Categorias fundamentais da Organização da Informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico. In: TOGNOLI, Natália Bolfarini; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de, CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos**: desafios e perspectivas na era da datificação. Londrina: ISKO Brasil; PPGCI-UEL, 2023. p. 18-28.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar:** a função social da mediação documentária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico:** revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação:** uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.